

1 **Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos vinte e oito dias de abril**
2 **de dois mil e dez.** Estiveram presentes os seguintes **CONSELHEIROS TITULARES: I. Usuários: I.1. Movimentos**
3 **Sociais:** Sr. André Rodrigues Ribeiro, Sr. João Xavier, Sr. Waldomiro Aprile Junior; **I.2. Movimento Popular de**
4 **Saúde:** Sra. Denise Mateus, Sra. Leonilda Bravo Cabrera; **I.3. Conselhos Locais de Saúde:** Sr. Cláudio Trombetta,
5 Sra. Ivone Crescêncio da Silva Mendonça, Sr. José Mendes Juvenal, Sra. Maria Andrade Gil, Sra. Maria Helena
6 Nogueira, Sra. Maria José Marta da Costa; **I.4. Associação de Pessoas com Deficiência:** Sra. Kátia Maria Fonseca
7 D. Pinto; **I.5. Associação de Portadores de Patologias:** Sra. Érica da Silva Vitorino; **I.6. Movimentos Sindicais:**
8 Sr. Adilson Momente, Sr. Francisco Genésio Lima de Mesquita, Sr. José Paulo Porsani, Sr. Sidney Mendes da
9 Silva; **II. Trabalhadores: II.1. Trabalhadores dos Serviços de Saúde Municipais: a. Hospitais e/ou Pronto-**
10 **Atendimentos e/ou Pronto-Socorros:** Sr. Antônio Facin, Sra. Wilma Rosendo da Silva; **II.2. Conselhos e**
11 **Associações de Classe:** Sr. Júlio César dos Santos, Sr. Wander de Oliveira Villalba; **II.3. Associações de Docentes**
12 **das Universidades:** Sra. Maria Tereza Cristina T. L. Martins; **II.4. Entidade de Prestadores de Serviços de Saúde**
13 **Privados:** Sr. José Augusto de Souza; **II.5. Trabalhadores Estaduais de Saúde:** Sr. Luís Cláudio Pinto da Penha;
14 **III. Gestores: III.1. Secretaria Municipal de Saúde:** Sra. Maria Cecília Brandt Piovesan, Sr. Pedro Humberto S.
15 Scavariello; **III.2. Departamento Regional de Saúde VII:** Sra. Rosaura Correia Leves; **III.3. Hospitais**
16 **Universitários:** Sr. Edson Bueno; e os seguintes **CONSELHEIROS SUPLENTE:** **I. Usuários: I.1. Movimentos**
17 **Sociais:** Sra. Neli de Oliveira Rossi; **I.2. Movimento Popular de Saúde:** Sra. Soeli Alves Monteiro Gava, Sr. Lúcio
18 Rodrigues, Sr. Armando Bota; **I.3. Conselhos Locais de Saúde:** Sra. Doraci Bonardo de O. Rossi, Sra. Teresita del
19 Niño Jesus de La Nuez Quintana; **I.4. Associação de Pessoas com Deficiência:** Sra. Adriana Roberta Costa
20 Duarte; **II. Trabalhadores: II.1. Trabalhadores dos Serviços de Saúde Municipais: a. Rede:** Sra. Maria Ivonilde
21 Lúcio Vitorino; **II.2. Conselhos e Associações de Classe:** Sr. Hildebrando de Barros Ribeiro; **III. Gestores: III.1.**
22 **Secretaria Municipal de Saúde:** Sr. Edison Martins da Silveira, Sra. Lígia Aparecida Neaime de Almeida, Sra.
23 Sílvia Aparecida Maria Lutaif Dolci Carmona; **III.2. Hospitais Universitários:** Sra. Simone Pereira Rosa. O Sr.
24 André iniciou a reunião, dando as boas vindas a todos os presentes e solicitou a presença do Sr. Edson Bueno
25 na mesa representando os conselheiros gestores. Realizou a leitura das pautas do dia, sendo: **I. Informes; II.**
26 **Apresentação e discussão da Prestação de Contas de Serviços do Complexo Hospitalar Ouro Verde (CHOV).**
27 Abertos os informes, o Sr. José Carlos informou a necessidade de recomposição das comissões do PAM, sendo
28 um conselheiro usuário e um conselheiro trabalhador; e um conselheiro usuário para a comissão de
29 acompanhamento do convênio com a Maternidade de Campinas. Realizou a leitura dos convites recebidos pelo
30 Conselho Municipal de Saúde. O Sr. José Carlos informou que a pauta para a próxima reunião seria o tema
31 “Especialidades” e solicitou que os conselheiros discutissem com as unidades e Distritos de Saúde para que
32 sejam levantadas as dúvidas específicas, sendo encaminhadas ao Conselho Municipal de Saúde, para serem
33 reencaminhadas à Dra. Valéria para que ela possa modificar sua apresentação, de acordo com as demandas e
34 dúvidas apresentadas. A Sra. Regina realizou a leitura de uma carta sobre a ação dos facilitadores da 2ª
35 Conferência Municipal de Saúde Mental e da linguagem adotada na mesma. O Sr. José Carlos solicitou uma
36 cópia da mesma carta. O Sr. Lúcio informou sobre atividades no dia 01 de maio, realizadas após a missa das 09
37 horas na Catedral, ocorrendo uma passeata e um ato a favor dos trabalhadores. O Sr. Trombetta informou que
38 já protocolou documento solicitando a vaga de conselheiro gestor no Conselho Fiscal de Saúde, não sendo
39 atendido até o momento. Reclamou da documentação que vem sendo entregue atrasada, como as referentes
40 ao Complexo Hospitalar Ouro Verde e ainda documentos não enviados, como os referentes ao Serviço de
41 Saúde “Dr. Cândido Ferreira”. O Sr. Mendes informou que a pauta prevista para o dia 12 de maio é o tema
42 “Especialidades” e ressaltou a necessidade dos conselheiros encaminharem as demandas das unidades de
43 saúde. A Sra. Carolina falou sobre o Programa Tolerância Zero e sobre a situação do SAMIM e abrigos
44 municipais. O Sr. Bruno informou que haverá reunião no CEBES, com a pauta sobre a discussão da gestão de
45 Complexo Hospitalar Ouro Verde, a ser realizada no dia 03 de maio, às 19 horas, no Sindicato dos Metalúrgicos.
46 O Sr. Armando solicitou uma questão de ordem, onde citou a pauta do dia 10 de março, lendo o trecho onde o
47 Secretário de Saúde afirmou a necessidade de discussão sobre a gestão do Complexo Hospitalar Ouro Verde,
48 onde o Sr. José Carlos havia citado que o convênio UNIFESP/SPDM estaria pautado para o presente dia.
49 Questionou como seria a pauta, uma vez que não constava na convocação. O Sr. Pedro Humberto informou
50 que, conforme confirmação da Sra. Maria Helena, a pauta de hoje realmente seria a prestação de contas de
51 serviços do Complexo Hospitalar Ouro Verde. O Sr. Trombetta solicitou uma questão de ordem solicitando que
52 a prestação de contas deve ser votada e solicitou a votação ao pleno, considerando necessária a votação e,
53 ainda que, se for votado, seja nominal. A Sra. Maria Cecília esclareceu o pleno que o convênio vence em junho
54 e está sendo encaminhado pela Secretaria de Assuntos Jurídicos da Prefeitura, um processo de seleção pública,
55 sendo que, assim que estiver finalizado, será apresentado ao Conselho Municipal de Saúde. Informou que, no

56 presente momento, existe a prestação de contas para apresentar ao CMS. O Sr. Pedro Humberto apresentou o
57 cronograma da Comissão da Secretaria Executiva do CMS. A Sra. Graça solicitou um questão de ordem,
58 afirmando que a Comissão da Secretaria Executiva pautou, porém, o Pleno delibera, sendo superior a
59 Comissão. Afirmou que o Pleno deve decidir a pauta e decidir se vota ou não a Prestação de Contas. A Sra.
60 Maria Cecília afirmou que é a terceira vez que é pautado no pleno a prestação de contas e serviços do
61 Complexo Hospitalar Ouro Verde. O Sr. Porsani concordou com a necessidade da prestação de contas, porém
62 afirmou ser mais importante discutir o modelo de gestão do Complexo Hospitalar Ouro Verde, sendo
63 deliberado pelo pleno o modelo de gestão para o CHOV. Afirmou não ser possível apenas falar que a prefeitura
64 está licitando o CHOV, sendo o mesmo modelo do vigente. Propôs que seja feita a prestação de contas e, após,
65 o debate do modelo de gestão. O Sr. Pedro Humberto questionou o pleno se concordam com a sugestão de
66 inclusão de pauta, realizada pelo Sr. Porsani. Em regime de votação, a inclusão de pauta foi **aprovada** por 17
67 (dezessete) votos favoráveis, 02 (dois) votos contrários e 01 (uma) abstenção. O Sr. Lúcio solicitou uma questão
68 de ordem afirmando ter sido surpreendido pela falta da representação da SPDM e questionou porque a mesa
69 não realizara a nomeação dos conselheiros aptos à votar. Solicitou que em todas as votações sejam realizadas
70 essa nomeação. Solicitou ainda que fosse reduzido o tempo da prestação de contas e realizar as duas
71 discussões ou inverter a ordem das pautas. O Sr. Pedro Humberto falou sobre a pauta do dia estar estagnada,
72 como a prestação de contas do Complexo Hospitalar Ouro Verde, que levará a discussão sobre a gestão
73 posteriormente. Falou sobre a necessidade da discussão qualificada e preparada sobre o tema, com a presença
74 de todos os atores envolvidos. Lembrou que existe a fala apontada na ata, trazida pelo Sr. Armando. Justificou
75 que uma discussão sem o devido aprofundamento pode prejudicar as decisões dos conselheiros. A Sra. Graça
76 apontou que o pleno já votou a favor da discussão sobre a gestão do CHOV. A Sra. Maria Gil solicitou que os
77 conselheiros aptos a voto levantem-se para que todos os vejam. O Sr. André questionou quem realizaria a
78 apresentação do modelo de gestão e como seria feita a discussão sem o material previamente encaminhado
79 aos conselheiros. O Sr. Bruno falou que o convênio com a UNIFESP/SPDM vence em julho e questionou os
80 prazos para edital e trâmites legais da licitação. Afirmou que a discussão tem caráter de urgência. A Sra. Maria
81 Cecília apontou que era a intenção trazer todo o processo para a presente reunião, porém, neste momento,
82 não foi retirada a prestação de contas, pela importância a prestação de contas para o conhecimento do
83 desenrolar do convênio em questão. Afirmou que o resultado do CHOV fora positivo. Explicou que a discussão
84 sobre modelo de gestão não entrara na pauta, pois o Setor Jurídico não possui o processo solicitado pela
85 Promotoria da República neste momento, o que prejudicaria a discussão no pleno. Sugeriu que a discussão
86 fosse marcada para uma reunião extraordinária, qualificando a discussão sobre a gestão do CHOV. O Sr.
87 Francisco propôs como encaminhamento o início da discussão sobre a gestão do CHOV e a definição da posição
88 do Conselho Municipal de Saúde de Campinas sobre o impasse em relação ao CHOV, sendo o vencimento do
89 convênio com a UNIFESP/SPDM, não havendo tempo hábil para a realização de uma nova licitação. Justificou
90 sua sugestão de encaminhamento alegando que a discussão sobre o tema evitaria que fosse decidido no CMS
91 de forma rápida e sem a discussão. Questionou a decisão política da Secretaria Municipal de Saúde em relação
92 ao convênio com o CHOV. A Dra. Taniella iniciou a apresentação da prestação de contas e serviços do
93 Complexo Hospitalar Ouro Verde, baseada no Plano de Trabalho. A Sra. Deise, coordenadora do Distrito de
94 Saúde Sudoeste, falou sobre a importância do CHOV para a região do distrito, sendo bastante positivo o
95 balanço da prestação de contas. Falou sobre a questão da construção da linha de cuidado entre os
96 atendimentos do CHOV e as unidades de saúde. Abertas as falas, o Sr. Trombetta falou que o Conselho Fiscal
97 de Saúde não aprova a prestação de contas apresentada, devido à questionamentos não respondidos e
98 solicitou que a prestação de contas fosse votada e nominalmente. Apontou que o Ministério Público Federal
99 está a par das prestações de contas. Afirmou ainda que, segundo o Ministério Público Federal, a Secretaria
100 Municipal de Saúde tem a obrigação de informar tudo ao Conselho Municipal de Saúde. O Sr. Porsani propôs o
101 encaminhamento questionando a ordem das apresentações. Falou que o CMS não possui o contrato pactuado
102 entre a Secretaria Municipal de Saúde e a UNIFESP/SPDM para acompanhar e comparar os dados apresentados
103 na prestação de contas. Solicitou que a discussão sobre a gestão se iniciasse imediatamente. O Sr. Francisco
104 falou que existe um consenso no CMS em relação a intenção de discutir o modelo de gestão do CHOV. Falou
105 que faltavam os dados e os problemas relacionados ao hospital. Afirmou a necessidade de ter alguém
106 representando a SPDM na Mesa Diretora. O Sr. Facin concordou com a necessidade da discussão do modelo de
107 gestão, ressaltou que houve evolução no CHOV, mesmo com os problemas, como problemas financeiros e não
108 problemas de gestão. A Sra. Maria José afirmou que a história do CHOV já começara erroneamente, pois, há
109 dois anos, a discussão sobre o hospital foi realizada sem conhecimento de causa. Afirmou que metade dos
110 conselheiros está equivocada. Falou que, após a visita da Comissão do CMS, apontou que existem muitos

111 espaços ociosos por falta de trabalhadores. Falou sobre a oportunidade de discutir o CHOV com propriedade.
112 Propôs a realização de um seminário para a discussão aprofundada e com propriedade sobre o tema. A Sra.
113 Deise falou sobre a importância da existência da Comissão de Acompanhamento do Convênio e da função da
114 mesma e da importância do estreitamento da relação entre essa comissão e o Conselho Fiscal de Saúde e da
115 Comissão da Secretaria Executiva. A Sra. Soeli questionou a manifestação da Comissão de Acompanhamento
116 do Convênio, pois alega desconhecimento das discussões do CHOV, por ser mais atuante no Distrito Noroeste.
117 Apontou desconhecer a fundo a proposta de gestão atual do CHOV. Falou sobre o dia em que foi aprovado o
118 convênio, apontando que houve uma grande pressão para que a aprovação ocorresse, onde a única saída era o
119 modelo apresentado. Afirmou que muitas mudanças ocorreram no Hospital e Maternidade Celso Pierro, devido
120 à atuação dos usuários. Falou que o CHOV não atende pacientes graves. A Sra. Wilma afirmou que o Conselho
121 Fiscal de Saúde possui muitas dúvidas sobre as metas atingidas e das não realizadas, sendo as mesmas não
122 justificadas. Apontou que não concorda com o atual modelo de gestão. Falou sobre os prazos não respeitados
123 para as implantações e melhorias, os quais não foram realizados até o momento. O Sr. Nilton solicitou o
124 esclarecimento de qual o tema da discussão no momento, não estando claro para o pleno se a discussão é a
125 prestação de contas com aprovação ou o modelo de gestão do CHOV. O Sr. Pedro Humberto explicou que vem
126 sendo respeitada a inscrição das pessoas, conforme consta no Regimento Interno. Colocou-se preocupado com
127 a presente discussão. Falou sobre a votação da prestação de contas, sendo o pleno soberano em votar ou não a
128 mesma. Diz sobre a importância da representação de cada conselheiro, levando em conta o grupo. Falou que o
129 CHOV é um grande equipamento necessário para Campinas, sendo apontada na fala de muitos conselheiros,
130 como a possibilidade de crescer. Questionou o pleno se mantém as dez inscrições ou se amplia o número de
131 inscrições. Em regime de votação, o Conselho Municipal de Saúde **aprovou** a manutenção das dez inscrições. A
132 Sra. Maria Cecília explicou que os gestores municipais possuem responsabilidade em cada ato realizado. Falou
133 sobre a aprovação de um convênio como este, entre a UNIFESP/SPDM e a Secretaria Municipal de Saúde.
134 Apresentou os representantes da SPDM presentes. Explicou que o convênio possui transparência e gestão
135 pública, com quatro servidores públicos na gestão. Falou que desconhece modelo de gestão como o presente,
136 onde há a gestão pública plena. Citou o exemplo da crise de leitos de UTI neonatal que o município atravessou
137 no ano passado e como o CHOV auxiliou no problema, sendo esse auxílio possível devido à gestão própria.
138 Ressaltou que a gestão do convênio é realizada por gestores públicos. Falou que foram alcançados muitos
139 progressos e avanços, porém muitos não foram alcançados por falta de recursos financeiros. Falou que as
140 contas do hospital estão abertas, sendo possível visualizar o saldo e o encontro de contas. Diz sobre o papel da
141 Comissão Gestora do Convênio, onde há encontros mensais para verificação de contas. Explicou que um dos
142 avanços mais significativos foi em relação à linha de cuidados. Em relação ao Ministério Público, esclareceu que
143 tudo o que fora denunciado e questionado foi respondido pela gestão. A Dra. Taniella afirmou que as
144 prestações de contas são entregues ao Conselho Municipal de Saúde, estando à disposição de qualquer
145 cidadão que as queira consultar. A Sra. Maria Cecília afirmou que a Secretaria Municipal de Saúde recebeu o
146 procurador do Ministério Público e sanou todas as suas dúvidas e questionamentos. Ressaltou que as dúvidas
147 podem ser encaminhadas ao DGDO que serão respondidas. A Dra. Taniella falou que todos os documentos, tais
148 como IVQ, foi encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde. Explicou que se colocou à disposição do Conselho
149 Fiscal de Saúde a melhorar a conversa e apresentar as notas fiscais em relação à prestação de contas. O Sr.
150 Trombetta solicitou uma questão de ordem, onde explicou que o Complexo Hospitalar Ouro Verde encontra-se
151 sobre tutela do Ministério Público. Explicou que a prestação de contas, apontou que existem indícios que há
152 médicos do Hospital Municipal Dr. Mário Gatti estão realizando cirurgias no CHOV. O Sr. Francisco respondeu
153 que a sua intenção não é tumultuar a reunião e sim apresentar pontos de vistas diferentes. Falou que o
154 Sindicato dos Médicos protocolou uma solicitação da Certidão de Inteiro Teor do convênio da UNIFESP/SPDM
155 com a Secretaria Municipal de Saúde em relação ao CHOV, de acordo com as leis orgânicas municipais. Afirmou
156 que a solicitação foi indeferida, por questões de faltas de documentos. Mesmo após o protocolo dos
157 documentos que faltavam, o pedido fora indeferido. Falou que a lei orgânica é a constituição do Município e
158 questionou as razões que tornaram o pedido indeferido. O Sr. Pedro Humberto explicou que o
159 encaminhamento das dez inscrições foi apresentado e votado no pleno. Sobre a questão da votação ou não da
160 prestação de contas, justificou que seria apresentada a votação no pleno na sequência. A Sra. Cristina afirmou
161 que os conselheiros devem saber o que estão votando. Diz que existem duas vertentes a serem analisados pelo
162 Conselho Municipal de Saúde, sendo uma delas o parecer do Conselho Fiscal de Saúde, Tribunal de Contas da
163 União e Ministério Público, e a outra é o cumprimento de metas de um convênio de co-gestão, onde a gestão
164 deve apresentar ao CMS se as metas foram ou não cumpridas, sendo este o que foi feito neste momento, não
165 devendo ser votada. A discussão do momento é relacionada à discussão sobre a gestão do CHOV. O Sr. Bruno

166 propôs que fosse questionado explicitamente ao pleno se as prestações de contas devem ser votadas. O Sr.
167 Porsani, ao ser solicitado, repetiu sua proposta se o CMS deverá votar as prestações de contas. Em regime de
168 votação, o Conselho Municipal de Saúde **não aprovou** a necessidade da votação da prestação de contas do
169 contrato de metas, por 07 (sete) votos contrários e 02 (dois) votos favoráveis. Iniciado a pauta sobre a
170 discussão do modelo de gestão do Complexo Hospitalar Ouro Verde, o Sr. Porsani falou que há dois anos atrás,
171 não foi discutido o modelo de gestão, sendo basicamente a discussão da inauguração do CHOV, sendo
172 aprovado o convênio com a UNIFESP. Apontou que neste período, foi interessante o convênio pois supriu uma
173 incompetência da Secretaria Municipal de Saúde, em não realizar concurso público em tempo hábil para a
174 alocação de funcionários para a inauguração do CHOV, ocorrendo, assim, uma gestão pública, nos moldes do
175 que ocorre com o Hospital Municipal Dr. Mário Gatti. Afirmou que naquele momento foi aprovado o convênio,
176 porém ressaltado que a Prefeitura deveria se organizar e realizar concurso público para que a gestão fosse
177 pública. Falou não ter sentido que, há um mês para a realização da licitação, não ocorra a discussão sobre a
178 gestão, sendo mantido o modelo atual. Defendeu que o modelo para o CHOV deve ser parecido com o modelo
179 do HMMG, sendo reconhecido nacionalmente. Colocou-se contra OS e privatizações, pois o CHOV fora
180 construído com dinheiro público. Solicitou que o CMS aprove uma gestão diferente da proposta pela SMS. O Sr.
181 Trombetta concordou com o Sr. Porsani e propôs que o CMS deliberasse e produzisse uma resolução para a
182 municipalização do Complexo Hospitalar Ouro Verde, nos moldes da gestão do HMMG. Afirmou que, como a
183 SPDM é uma entidade que visa lucro, o hospital não atende determinados casos de pacientes. Afirmou que o
184 CMS pode fazer uma resolução sobre a municipalização do CHOV. A Sra. Haydée falou sobre o que está em
185 questão, sendo o modelo para o SUS nacional, e não só para Campinas, onde as Organizações Sociais estão
186 “tomando” o SUS, que foi construído há vinte anos. Falou que, quando Campinas se posiciona contra uma OS,
187 não é uma ação pequena, sendo uma luta pelo SUS. Afirmou que Campinas é referência em Saúde e espelho
188 para outros municípios. Lembrou da luta para a construção do CHOV, da aquisição de equipamentos e da
189 manutenção do hospital com verbas públicas. Questionou porque o convênio deve ser entregue à SPDM, sendo
190 que existem técnicos e gestores capazes no município. Falou que esperava que a SMS estivesse estudado
191 saídas para este problema durante a vigência do convênio. Falou que o convênio não é com a UNIFESP e, sim,
192 com a SPDM, sendo a dona de um terço do SUS do estado de São Paulo. O Sr. Francisco afirmou que algumas
193 falas representam uma chantagem emocional, sendo a intenção de todos a melhoria do SUS e do CHOV.
194 Concordou com a Sra. Haydée e falou que a SPDM gerencia quase vinte hospitais, sendo a mesma uma
195 entidade sem fins lucrativos e questionou se a mesma cobra a taxa administrativa e as intenções de uma
196 entidade como esta em administrar todos esses serviços de saúde. Falou sobre a importância do debate e da
197 discussão na construção democrática do SUS e questionou quantos trabalhadores da SPDM estavam presentes.
198 Questionou as razões pelas quais não existiam funcionários da SPDM, sendo um dos problemas do contrato
199 pela CLT, sendo o servidor público mais a vontade para apontar as falhas, sem o risco de represarias. O Sr.
200 Bruno falou sobre a liberdade de falar e apontar as falhas dos gestores. Realizou a leitura da carta distribuída
201 pelo CEBES sobre a municipalização da gestão do Complexo Hospitalar Ouro Verde. O Sr. Lúcio afirmou que
202 hoje, colhe-se os frutos de uma ação equivocada realizada há dois anos, como a aprovação sem a discussão
203 aprofundada do convênio com a UNIFESP/SPDM. Falou sobre a quantidade de pessoas que estavam presentes
204 na reunião, onde fora aprovado o convênio, sendo que os conselheiros sentiram-se pressionados. Afirmou
205 estar confuso por falta de esclarecimentos e explicações, no presente momento. Falou sobre a prestação de
206 contas em números e o prazo reduzido da discussão, devido à iminência do término do convênio. Colocou-se
207 contrário à OSs, contra à gestão patronal dentro do Sistema de Saúde. Falou sobre a pressão da classe
208 empresarial direcionada à saúde. Falou sobre o custo elevado da construção do SUS. Questionou porque a SMS
209 continua afirmando que o convênio é com a UNIFESP/SPDM. A Sra. Maria José solicitou uma questão de
210 ordem, alegando o tempo expirado, sendo necessária a consulta ao pleno. Em regime de votação, o Conselho
211 Municipal de Saúde **aprovou** a prorrogação da reunião por mais trinta minutos, de acordo com o Regimento
212 Interno, por 11 (onze) votos favoráveis, 9 (nove) votos contrários e 3 (três) abstenções. O Sr. Trombetta
213 solicitou o encaminhamento da votação pela municipalização da gestão do CHOV. O Sr. Pedro Humberto
214 justificou que existem pessoas inscritas, devendo ser respeitadas. A Sra. Cristiana Ilário falou sobre o momento
215 importante, pelo qual passa o município. Afirmou que o SUS está questionando se é viável a gestão por OSs.
216 Falou que a gestão é pressionada por qualquer modelo jurídico, para não causar a desassistência. Afirmou que
217 não possui nada em mãos, que a SPDM possui segundas intenções, porém concordou que o que é público é
218 para ser gerido pelo público. Falou que conhece muitas OSs que militam sem interesse privado. Questionou
219 qual o SUS ideológico se almeja na cidade. Falou que o modelo de gestão deve ser público e quando não é
220 possível, compra-se serviços de prestadores. Diz que a decisão ideológica é do povo, porém a



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 15º andar – Centro - CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: saude.cms@campinas.sp.gov.br



221 operacionalização não depende apenas de Campinas e sim, de discussões nacionais como a Lei de
222 Responsabilidade Fiscal. Falou que o próprio Ministério Público orientou que o município licitasse a gestão do
223 CHOV. Afirmou que o CMS não pode perder o foco, sendo este encontrar as saídas. Incitou a necessidade de
224 discutir e readequar a legislação arcaica que não comporta mais o SUS. O Dr. Roberto Avancini esclareceu que
225 é funcionário público e é gestor da Pediatria e da UTI Neonatal. Explicou que um médico, funcionário público,
226 coordena a Clínica Médica, no CHOV. Outro médico, funcionário público, coordena a Saúde Mental do CHOV.
227 Falou que o Serviço de Ambulatório e de Imagens é coordenado também por um servidor público do município
228 de Campinas. Citou sobre o elogio, feito pelo Dr. Gastão, sobre a Clínica ampliada ofertada pelo CHOV. Afirmou
229 que o CHOV atende pacientes de baixa a alta complexidade e afirmou que existem indicadores que verificam
230 essa informação. Negou que a taxa de mortalidade seja alta, de acordo com indicadores internacionais. A Sra.
231 Márcia Molina diz que, em uma discussão difícil, pode ocorrer confusões. Não se trata de criticar pessoas
232 tampouco dizer somente que a clínica ampliada não possui problemas. Esclareceu que o CHOV trabalha sobre
233 convênio/contrato, que atende um número determinado de pacientes. Caso o número de atendimento
234 ultrapasse, a SPDM cobraria mais verbas para atender mais pacientes. O que não ocorre no Hospital Municipal
235 Dr. Mário Gatti, sendo a diferença entre ser público e conveniado. Segundo ela, não é possível comparar duas
236 coisas diferentes. Falou sobre a responsabilidade do SUS Campinas, por ser referência nacional. Considerou
237 que OS equivale a um câncer instalado na saúde pública e, Campinas aderir a OS seria como um câncer
238 cerebral, não sendo possível aderir a este modelo de gestão. Propôs que o Hospital Municipal Dr. Mário Gatti
239 assumira a gestão do Complexo Hospitalar Ouro Verde. Solicitou que o CMS encabece uma luta em Brasília
240 contra os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal para a Saúde. O Sr. Edson concordou com a Sra. Cristina
241 Ilário e afirmou que o debate deve considerar as opiniões diferentes. Afirmou que defende o Complexo
242 Hospitalar Ouro Verde. Falou que não existe legislação em relação à OS. Falou que o SUS possui modalidades
243 jurídicas de vários modelos de gestão. Defendeu que deve ocorrer esta discussão, para a definição do melhor
244 caminho. Esclareceu que a gestão vem discutindo a questão dentro da Secretaria Municipal de Saúde. Diz que
245 as discussões do COSEMS também abordam o tema da gestão dos serviços públicos de saúde. O Sr. Porsani
246 solicitou uma questão de ordem, alegando que a presente discussão fosse pautada como primeira ordem do
247 dia da próxima reunião. O Sr. Pedro Humberto afirmou que isto é regimental, não sendo necessária a votação.
248 O Sr. Nilton afirmou não possuir nada contra as pessoas que representam a SPDM, porém não concorda com a
249 SPDM nem com o modelo de gestão com OS. Discordou com a fala da Sra. Cristina sobre a ausência de pontos
250 contra a SPDM, afirmando existir uma Comissão de Inquérito Parlamentar em São Paulo que avaliou os serviços
251 gerenciados pelas OSs. Porém, nos serviços administrados pela SPDM, a mesma proibiu que os deputados
252 envolvidos na investigação entrassem para analisar as contas e as prestações de contas da entidade. Falou
253 sobre uma tese de mestrado que detalha uma série de irregularidade de gestão hospitalar gerido por OSs e
254 OCIPs. Dispôs a encaminhar uma cópia ao CMS. Ressaltou a reunião do CEBES a realizar-se no dia 03 de maio.
255 Afirmou que a SPDM é uma OS. A Sra. Maria Cecília esclareceu que a SPDM, em Campinas, não é qualificada
256 como uma OS, sendo classificada como instituição filantrópica. Falou que a desqualificação da gestão é ruim
257 para o SUS, pois todo o esforço da gestão é visando construir um SUS melhor. Afirmou que o convênio do
258 CHOV é de co-gestão, sendo regulado pela SMS, sendo o convênio público. O Sr. Marcelo questionou se,
259 mesmo existindo bons gestores atuando no CHOV, qual a necessidade de manter o convênio com a SPDM. O
260 Sr. Pedro Humberto concordou com o Sr. Nilton, pois defende o modelo de gestão pública. Afirmou que
261 também é funcionário concursado, sendo necessária a defesa do concurso. Defendeu que o CMS tenha uma
262 discussão aprofundada sobre a saúde que se almeja para a população, garantindo que o CHOV funcione e
263 atenda bem a população, não devendo abranger questões partidárias. Falou sobre o impacto da Lei de
264 Responsabilidade Fiscal sobre a gestão da saúde no município, impossibilitando a incorporação dos
265 funcionários da SPDM pelo quadro de recursos humanos da Saúde de Campinas. Falou sobre a importância da
266 discussão sobre a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal em outros momentos e não só nestas
267 circunstâncias. Após, encerrou a presente reunião, agradecendo a presença de todos. Nada mais a ser tratado,
268 eu, José Carlos Bortotto Junior, secretário executivo do Conselho Municipal de Saúde, lavro a presente ATA
269 assinando-a juntamente com os demais presentes.